

AS MULHERES NA ARTE DA EMIGRAÇÃO¹. MOTIVAÇÕES, ESTRATÉGIAS E REPRESENTAÇÕES NO ÊXODO CLANDESTINO PORTUGUÊS (1957-1974)

MARTA SILVA*

Resumo: Este artigo pretende contribuir para a compreensão do lugar da mulher no meio rural português numa fase de mudança social. Fá-lo-emos através da análise do envolvimento das mulheres na emigração clandestina e na sua organização. Procuraremos identificar motivações, estratégias adoptadas numa prática onde os homens predominavam e imagens construídas em torno de mulheres engajadoras, passadoras e emigrantes.

Palavras-chave: Mulheres; Rural; Emigração clandestina; Representações; Portugal.

Abstract: Women in the Art of Migration. Motivations, strategies and representations in portuguese illegal exodus (1957-1974). This paper aims to understand the role of women in Portuguese

¹ “[...] tem uma filha de quinze de idade cujo nome se desconhece por se encontrar actualmente em França, que costuma acompanhar os emigrantes clandestinos nas suas passagens até França e que se diz ser bastante esperta na arte da emigração.” Participação nº 61/68 do Comandante do Posto da Guarda Nacional Republicana (GNR) de São João da Pesqueira, de 26 de Fevereiro de 1968 ao Inspector da polícia política (PIDE) do Porto e ao Comandante da Secção da GNR de Lamego. Processo de Querela n. 104/68 do Tribunal Judicial da Comarca de São João da Pesqueira.

* Doutoranda em História Contemporânea pelo Instituto de História Contemporânea da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (IHC-FSCH/UNL) e investigadora do mesmo Instituto. Bolseira de doutoramento da Fundação para a Ciência e a Tecnologia. E-mail: <silvamartanunes@gmail.com>.

changing countryside. We'll analyze women's involvement in illegal emmigration and, particularly, its participation on clandestine organizations. We'll seek to identify motivations, strategies and images of smugglers and migrant women.

Key-words: *Women; Rural; Illegal Emigration; Representations; Portugal.*

Introdução

Dos longos anos 60 do século XX² em Portugal é conhecido o fenómeno da emigração em massa. A saída de cerca de um milhão e meio de portugueses em menos de duas décadas afectou de forma indelével e a vários níveis as aldeias do interior do país. O impacto tornou-se ainda mais perceptível tendo em conta a grande transformação que os campos experimentaram logo após terem alcançado a sua maior expressão demográfica em meados do século XX.³

Porém, a mobilidade da população para lá das fronteiras da nação era controlada pelo Estado⁴, que contava com o suporte da polícia política (PIDE), em colaboração com outras forças de segurança,

² Consideramos na nossa análise o período compreendido entre 1957 até ao dia da Revolução de Abril de 1974.

³ BAPTISTA, Fernando Oliveira. *Agriculturas e Territórios*. Oeiras: Celta, 2001, p. 9.

⁴ Os passaportes de emigrante eram concedidos pela Junta Nacional de Emigração e os passaportes ordinários pelo representante distrital do poder central (Governadores Civis). Sobre emigração legal ver SANTOS, Yvette. *A Junta Nacional de Emigração e a política de emigração no Estado Novo*. 2014. 347 f. Tese (Doutoramento em História Contemporânea), Faculdade de Ciências Sociais e Humanas – Universidade Nova de Lisboa (FCSH-UNL), Lisboa, 2014.

na vigilância e repressão à emigração não autorizada. Com efeito, as populações recorreram a várias estratégias ilegais para atravessar a fronteira e o território espanhol⁵, quer por motivações mais claramente políticas, quer por causas de ordem económica ou outras.

O método mais usado para deixar o país, ou pelo menos aquele que permaneceu mais vincado na memória dos portugueses, foi a saída com o auxílio de engajadores e passadores ilegais.

O fenómeno da emigração clandestina é, portanto, um aspecto indissociável da realidade do meio rural, nomeadamente agrícola, no final do Estado Novo. Não é possível apreender a estrutura e as relações sociais que naquele período se estabeleceram, sobretudo nos campos do interior português a norte do Tejo, sem olhar para o fenómeno da emigração e para a forma como esta se organizou na base da transgressão. Concorrendo para a classificação enquanto *fenómeno social total*, a emigração tocou todos os grupos sociais da comunidade rural, entre candidatos à emigração, seus opositores, repressores, intermediários da emigração legal e auxiliares ilegais, dentro dos quais existe também uma componente feminina geralmente olvidada na história da emigração portuguesa.

⁵ Durante este período o destino preferencial da emigração portuguesa foi França, embora se continuassem ainda a registar saídas para os países habituais do Continente Americano e se começassem a assumir como destinos importantes outros países europeus como a Alemanha e a Suíça. Cf. PEIXOTO, João. A emigração. In : BETHENCOURT, Francisco; CHAUDHURI, Kirti (Dir.). *História da Expansão Portuguesa, volume V – Último Império e recentramento (1930-1998)*. Lisboa: Temas e Debates, 2000, p. 152-158; BAGANHA, Maria Ioannis. From Close to Open Doors: Portuguese Emigration under the Corporative Regime. *e-journal of Portuguese History*, v.1, n. 1, p. 1-16, 2003.

Neste sentido, este artigo pretende ser também um contributo para compreender o lugar que a mulher ocupou no meio rural português numa fase de mudança social. Fá-lo-emos aqui através da análise do envolvimento das mulheres na emigração clandestina e, mais especificamente, na organização do engajamento e passagem de candidatos à emigração. Procuraremos perceber o que motivou as mulheres a entrarem numa prática ilegal; que estratégias adoptaram e como se enquadraram numa prática onde os homens predominavam; que imagens se construíram em torno das mulheres engajadoras, passadoras e emigrantes.

No sentido de responder a estes objectivos, procurámos, em primeiro lugar, ainda que de forma não exaustiva, apontar de que forma *a mulher* tem sido abordada nos estudos sobre emigração portuguesa. De seguida, recorrendo especialmente a relatos de antigos intermediários da emigração clandestina recolhidos em diferentes localidades dos distritos da Guarda e de Viseu pretendemos identificar actores, práticas e discursos elaborados em torno da presença das mulheres na emigração clandestina.

O lugar das mulheres nos estudos sobre migrações em Portugal – breve resenha

Os trabalhos realizados sobre o fenómeno da emigração portuguesa são unânimes quanto à natureza predominantemente masculina dos fluxos migratórios. Os dados apresentados por Victor Pereira, acerca

da(s) política(s) migratória(s) durante a ditadura entre 1957 e 1974, mostram que os números mais elevados de mulheres que declararam sair pela primeira vez de Portugal se situam entre os anos de 1965 e 1968.⁶ No entanto, o autor não deixa de fazer as devidas ressalvas quanto à credibilidade dos dados apresentados pelo aparelho estatístico do regime ditatorial. João Peixoto já antes havia chamado a atenção para tal problema, uma vez que a clandestinidade teve impacto nos números divulgados. Neste sentido, o sociólogo afirmou a preponderância de uma emigração masculina, não descurando porém o número significativo de mulheres que emigrou e que, segundo ele, “desmente a ideia de um movimento caracterizado, apenas, por uma partida maciça de homens, logo seguida por uma vaga de cônjuges (e outros) femininos.”⁷

Portanto, as mulheres deixaram o país, não o tendo feito apenas numa lógica de correlação com a emigração masculina, e o seu número aumentou consideravelmente desde os anos 1950.⁸

O peso quantitativo da emigração feminina terá, pois, tido influência nos olhares que a academia lhe reservou. Os primeiros trabalhos que dão alguma ênfase à componente feminina da emigração surgem em

⁶ PEREIRA, Victor. *L'État portugais et les Portugais en France de 1957 à 1974*. 2007. 907 f. Tese (Doutoramento em História) – Institut d'Études Politiques de Paris, Paris, 2007, p. 33-37. Uma versão deste trabalho foi publicada em português: PEREIRA, Victor. *A Ditadura de Salazar e a Emigração*. O Estado português e os seus emigrantes em França (1957-1974). Lisboa: Temas e Debates, 2014.

⁷ PEIXOTO, op. cit., 2000, p. 162.

⁸ WALL, Karin. Mulheres que partem e mulheres que ficam: uma primeira análise da função social e económica da mulher no processo migratório. *Ler História*, Lisboa, (3), p. 53, 1984.

Portugal no cruzamento de duas áreas de estudo pelas quais se ganha um novo interesse em finais dos anos 70 e inícios dos anos 80⁹: os estudos sobre a emigração portuguesa e, sobretudo, sobre a questão feminina e de género. Destacam-se os trabalhos realizados na área da sociologia da família e da antropologia histórica, como são exemplo respectivamente os estudos de Karin Wall e Caroline Brettell.¹⁰

Destes estudos, ressalta uma preocupação em perceber o lugar que a mulher ocupa no processo migratório e nas sociedades em que permanece ou se fixa, privilegiando-se nos trabalhos realizados até hoje, tal como noutros países, dois prismas de análise: um coloca a mulher enquanto actriz nas famílias, comunidades e redes em que

⁹ Acerca do dealbar da historiografia sobre a mulher em Portugal ver VAQUINHAS, Irene. “*Senhoras e Mulheres*” na *Sociedade Portuguesa do Século XIX*. 2.ed. Lisboa: Colibri, 2011, p. 163-184.

¹⁰ Por exemplo: WALL, Karin. *A outra face da Emigração*. Estudo sobre a situação das Mulheres que ficam no País de origem. Lisboa: Comissão da Condição Feminina, 1982; WALL, op. cit., 1984, p. 53-63; Caroline Brettell esteve em Portugal no início dos anos 1970 já com interesse na emigração portuguesa: BRETTELL, Caroline. *Já chorei muitas lágrimas*: crónica de uma mulher portuguesa emigrada em França. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 1978; BRETTELL, Caroline. *Homens que partem, Mulheres que esperam* – consequências da Emigração numa Freguesia Minhota. Lisboa: D. Quixote, 1991. (nesta data seria publicada a edição portuguesa). Além destes trabalhos, as investigações de Maria Beatriz Rocha Trindade e Maria Engrácia Leandro, na área da sociologia da família e das migrações abordam a situação da mulher emigrante sobretudo no âmbito familiar. Em 2006, Maria Beatriz Rocha-Trindade publicou um artigo de carácter muito genérico em que chamava a atenção para o ainda longo caminho a percorrer nos estudos acerca da mulher migrante. Cf. ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz. Porquê a mulher?: Reflexões sobre género em contexto migratório. In: BORGE, Julio Hernández; GONZÁLEZ, Domingo L. (Eds.). *Mujer y Emigración*: una perspectiva plural: actas del Colóquio Internacional. Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela, 2008, p. 19-37. Esta socióloga colabora com a Associação Mulher Migrante, criada em Lisboa em 1993.

se insere; outro preocupa-se com a sua participação no mundo do trabalho do país de “acolhimento”, onde geralmente ocupa um lugar subalterno. A sua situação é tanto mais frágil quanto congregue a condição de trabalhadora, imigrante, mulher e ilegal. A opressão é ainda enfatizada no caso dos trabalhos não qualificados (trabalho doméstico, por exemplo) e nas situações de trabalhado sexual.¹¹

Tem sido notório o avanço epistemológico no campo dos estudos sobre a mulher em contexto migratório – que vem desconstruindo a composição dos fluxos – muito impulsionado pelas mudanças que o 25 de Abril ajudou a trazer às ciências sociais e humanas. Porém, carece ainda de uma análise mais aprofundada uma dimensão intermédia que tem ficado por explorar, que permita também observar a mulher a partir de um lugar distinto daqueles que aqui se identificaram.

Entre Portugal e o país de recepção (sobretudo França), especialmente a partir de meados dos anos 1950 até ao fim da ditadura, desenharam-se redes ilegais de auxílio à emigração clandestina. Destas redes, que são sobejamente conhecidas na literatura sobre emigração daquele período como sendo constituídas por indivíduos *exploradores e sem escrúpulos*¹², fazem parte homens e mulheres que importa conhecer melhor. Interessa conceber a emigração clandestina portuguesa do

¹¹ MOCH, Leslie Page. Gender and Migration Research. In : BOMMES, Michael; MORAWSKA, Ewa. (Eds.). *International Migration Research: Constructions, Omissions and the Promises of Interdisciplinarity*. Hants/Burlington: Ashgate, 2005, p. 97-98; ROULEAU-BERGER, Laurence. *Migrer au féminin*. Paris: PUF, 2010, p. 17-18.

¹² Esta é uma análise que não vai muito além da retórica do Estado e dos opositores à emigração daquele período.

ponto de vista daqueles que se constituem praticamente como instituições informais que intermedeiam o migrante com o ponto de partida e o de chegada. Esta perspectiva permite conhecer melhor a organização da sociedade de partida e os indivíduos que frequentaram tais actividades ilegais. O nível médio da análise¹³ – dos mediadores da emigração – é essencial para compreender o processo migratório no meio rural, sendo a ponte que o liga para fora dele próprio.

A consulta dos processos judiciais de crimes relacionados com emigração clandestina e a recolha de histórias de vida mostram que as mulheres, nomeadamente na região escolhida, tiveram uma participação importante nas funções de engajamento e passagem de emigrantes, que geralmente nos aparecem descritas como actividades marcadamente masculinas.¹⁴ A partir destas fontes, é possível identificar mulheres que exerceram as seguintes funções: angariamento/

¹³ Manuela Martini e Philippe Rygiel abordam através da mesma perspectiva outras formas de mediação na emigração, indo além das análises estruturais e da perspectiva do indivíduo migrante. Os autores usam o conceito de Goss e Lindquist de *migrant institutions*. Cf. MARTINI, Manuela; RYGIEL, Philippe. Des formes de médiation sexuellement orientées? Lieux, institutions et acteurs du placement des travailleuses migrantes à l'époque contemporaine. *Migrations Société*, Paris, v. 22, n. 127, p. 47-57, 2010.

¹⁴ Quase excepcionalmente, Manuela Ribeiro refere num pequeno texto, de um trabalho de 1997, a actividade de mulheres passadoras na região Barrosã, no norte de Portugal. RIBEIRO, Manuela. *Estratégias de reprodução socioeconómica das unidades familiares camponesas em regiões de montanha (Barroso, 1940-1990)*: um estudo de sociologia em que as mulheres também contam. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1997. Ver também SILVA, Marta. *Os Trilhos da emigração*. Redes clandestinas de Penedono a França (1960-1974). Lisboa: Colibri, 2011, p. 56. Recentemente o suplemento 2 do jornal *Público* realizou uma reportagem levando a um público mais vasto esta realidade. PEREIRA, Ana Cristina (texto); MIRANDA, Adriano (fotografia). As mulheres que levaram Portugal “A Salto”. *Público 2*, Lisboa, p. 12-19, 13 abri. 2014.

engajamento (auxiliaram no recrutamento e/ou aliciamento de candidatos à emigração); travessia de fronteira, orientação em território espanhol e francês a pé, no comboio ou em veículos automóveis; albergue e alimentação de clandestinos; prestação de serviços de informação a outros intermediários; depósito do dinheiro da passagem; participação na falsificação de passaportes.

Motivações

Analisando o percurso de algumas mulheres que participaram de forma diversa no auxílio a emigrantes clandestinos, é possível distinguir duas situações.

No primeiro tipo, incluem-se mulheres cujos cônjuges já tinham um histórico ligado ao transporte de emigrantes com automóveis, e que associamos a viagens mais cómodas para os emigrantes, legais e em situação irregular. Trata-se de indivíduos que acabaram por se especializar – mesmo após instaurada a liberdade de atravessar a fronteira com o 25 de Abril – no sector dos transportes, para fora do país ou dentro de Portugal com maiores ou menores empresas de táxis ou de outro tipo de transporte. Elas assistiram os seus parceiros no engajamento e no transporte (com veículo) dos candidatos à emigração.

No segundo caso, é possível afirmar que todas as mulheres eram oriundas de famílias mais humildes, pelo que geralmente não possuíam qualquer veículo automóvel. Normalmente estas mulheres tinham uma ligação à terra e ao trabalho no campo, embora, devido

à localização da residência ou ao percurso de alguns elementos da família, tivessem entrado em contacto com outras actividades económicas que propiciaram a prática do auxílio à emigração. Abrangidas por esta situação encontravam-se, por um lado, as habitantes raianas (da fronteira), as quais conheciam, conviviam e praticavam o contrabando de mercadorias, na maior parte dos casos uma óptica de subsistência¹⁵, e cujo saber foi determinante para a iniciação na passagem de homens. Por outro lado, estavam aquelas que residiam em localidades não fronteiriças (regiões interiores em relação à fronteira), oriundas de famílias numerosas, com fracos recursos financeiros ou patrimoniais, vivendo de uma agricultura familiar baseada em pequenas explorações, como de resto era o caso de grande parte da população rural das aldeias dos distritos de Viseu e da Guarda.¹⁶

No que diz respeito a esta última categoria, a pesquisa ainda em desenvolvimento e até ao momento baseada no percurso de 3 pessoas, permite-nos levantar como hipótese que, estas mulheres,

¹⁵ Para uma análise sob a lente de diferentes trabalhos interdisciplinares acerca do contrabando entre Portugal e Espanha ver FREIRE, Dulce; ROVISCO, Eduarda; FONSECA, Inês (Coord.). *Contrabando na fronteira luso-espanhola*. Práticas, memórias e patrimónios. Lisboa: Edições Nelson de Matos, 2009.

¹⁶ Referimo-nos a concelhos com uma produção industrial praticamente inexistente, onde preponderava o sector primário cuja propriedade se caracterizava pelas suas pequenas dimensões, como era o caso de Penedono, Sernancelhe, Aguiar da Beira, Mêda ou Trancoso, onde estamos a desenvolver com maior incidência a nossa pesquisa. Ali, a grande propriedade, muitas vezes incluindo terrenos pouco férteis e pertencente a proprietários absentistas, era geralmente arrendada e paga em géneros pelos arrendatários. ROSAS, Fernando. A “Grei Agrária”. In: MATTOSO, José (Dir.). *História de Portugal*. Vol. VII – O Estado Novo (1926-1974). Lisboa: Editorial Estampa, 1994, p. 31-59.

um pouco menos familiarizadas com a realidade do contrabando (embora não o desconhecendo completamente¹⁷), se tornaram intermediárias da emigração geralmente por via familiar. Os seus pais ou irmãos, embora cultivando pequenas parcelas de terra, dedicavam-se também, e como complemento do trabalho no campo, a actividades económicas que lhes possibilitaram alargar a sua rede de contactos para fora da aldeia. Normalmente tratava-se de actividades ligadas à comercialização de produtos agrícolas (batata, castanha e alguns cereais da região), que exigiam alguma mobilidade para fora da aldeia e a articulação com diferentes mercados no país, como por exemplo com a região fronteiriça de Montalegre, onde se comprava batata de semente para posteriormente abastecer outras regiões.

Como confirmam as informantes, as movimentações por outros territórios foram determinantes para estabelecer redes de contactos que posteriormente seriam aproveitadas para o engajamento e a passagem de emigrantes, entre o interior e a fronteira, ondes os passadores pululavam.¹⁸

Se a transgressão face ao controlo estatal na fronteira fazia parte do quotidiano das mulheres raianas – sendo o contrabando

¹⁷ Refira-se o caso de uma jovem de 15 anos, do concelho de São João da Pesqueira, cujo pai é acusado de auxílio à emigração clandestina. O jornaleiro terá aliciado a filha a entrar nesse negócio e ambos são suspeitos de contrabando de armas de defesa e relógios entre França, onde também tinham residência, e Portugal. Participação nº 61/68, op. cit.

¹⁸ A região fronteiriça de Montalegre é deste facto exemplo. Caracterizava-se pela forte actividade de emigração clandestina, conforme demonstra o estudo exploratório de VILLARES, Artur. *A emigração clandestina em Montalegre*. Braga: Câmara Municipal de Montalegre, 1985.

legitimado por uma economia moral camponesa¹⁹ –, no interior de Portugal, e de acordo com os casos até agora analisados, o envolvimento nesta prática ilegal tem em comum para estas mulheres o facto de ser incentivado pelos homens da família que o fazem como forma de melhorar a economia familiar, embora se verifique que posteriormente a mulher se torna autónoma.

Por conseguinte, a motivação determinante que levou as mulheres a dedicarem-se ao auxílio à emigração clandestina foi económica, tal como para os homens, numa tentativa de melhorar as condições de vida. Nos casos verificados deste pequeno grupo de mulheres, duas delas iniciaram a actividade ainda solteiras, sendo a terceira recém-casada. O dinheiro obtido nesta prática complementar era, por isso, em grande parte empregue na economia doméstica, pelo que a sua actividade estava inserida nas estratégias de sobrevivência familiar.

Contudo, o auxílio à emigração clandestina representava mais para estas mulheres além da possibilidade de atingir uma prosperidade económica. As características intrínsecas àquela prática, que incluem uma maior movimentação, uma sociabilização fora do ambiente familiar da aldeia e do campo (além dos momentos de partilha proporcionados pelos trabalhos agrícolas colectivos, por exemplo, nas ceifas ou vindimas), e, especialmente, a proximidade com

¹⁹ Assim definido no entender de Dulce Freire e Inês Fonseca e, portanto, pensado como forma quotidiana de resistência. Cf. FONSECA, Inês; FREIRE, Dulce. “O contrabandista, já se sabe, era da oposição.” Discursos em torno do contrabando. In: FREIRE, Dulce; ROVISCO, Eduarda; FONSECA, Inês (Coord.). *Contrabando na fronteira luso-espanhola. Práticas, memórias e patrimónios*. Lisboa: Edições Nelson de Matos, 2009, p. 219-253.

o universo masculino, por vezes em situações recônditas e sigilosas, permitia-lhes ver e pensar para lá do espaço doméstico e possibilitou também o afastamento da terra e do trabalho no campo. Esse distanciamento representava uma certa autonomia, independência e emancipação, muito importantes quando a mobilidade feminina estava dependente do consentimento do seu tutor masculino (pai ou cônjuge), uma vez que até para a obtenção de passaporte a mulher necessitava da autorização do homem.²⁰

Nesta actividade, ainda que clandestinamente, a mulher movia-se, atravessava a fronteira – e algumas fronteiras simbólicas inerentes à condição feminina. Nos casos em que se verificou a emigração do respectivo cônjuge, irmãos e pai, foram elas que organizaram a saída clandestina da família e, finalmente, orientaram a sua própria saída do país após experimentarem a repressão do Estado. A mulher passa então a dirigir os destinos da família, o que demonstra que se inverte a relação de dependência entre feminino e masculino.

Nestes casos, a contrapartida pela prática desta actividade não foi apenas monetária. De algum modo se identificava nesta experiência uma forma de repor algum equilíbrio na desigualdade que sentiam enquanto mulheres e enquanto elementos de um estrato social inferior. Esta é a interpretação que actualmente as intermediárias fazem ao considerarem que nem todas as mulheres seriam capazes de se

²⁰ De acordo com o artigo 4º do Decreto n. 44 428, de 29 de Junho de 1962. *Diário do Governo*, Lisboa, n. 147, I Série, p. 890-893, 1962.

dedicar a tal prática. É desta forma que recordam uma actividade que punha em risco a sua dignidade perante a população da aldeia. Mas as suas memórias também nos levam à descrição de comportamentos que comprovam isso mesmo. Veja-se o exemplo de uma angariadora muito crítica das autoridades policiais e das elites locais:

Quando cheguei à França, não tive medo de escrever para cá uma carta e dizer à [minha mãe]: “a GNR veio atrás de mim [...]. Agora fale com o AG²¹, que me venha prender pelas orelhas da coisa!” [...] Estava a arriscar a minha situação e na minha ideia toda a gente dizia que eu era amante deste e daquele. Só que não me importam do que digam, senão eu não tinha uma casa para viver, tinha que estar à espera de ir buscar à prateleira um tostão que a [minha mãe] ganhava. Não havia dinheiro, nós não íamos acabar por estar aí toda a vida assim. Como o meu sonho era ter uma casa foi a primeira coisa que eu fiz, e acho que a minha coisa era de comprar casas para lhes fazer ver que não tive só uma, tive duas ou três para viver.²²

O primeiro gesto realizado pela angariadora ao chegar a França teve a intenção de realçar e transmitir o seu descontentamento face aos seus perseguidores e repressores, nomeadamente um militar da GNR que deu execução ao seu mandado de captura com o apoio do Inspector escolar conterrâneo da angariadora. A intermediária procurou atingir o guarda através das palavras fortes que fazem alusão ao genital feminino (*orelhas da coisa*) e que pediu à mãe que lhe transmitisse.

²¹ Militar da Guarda Nacional Republicana (GNR) – força de segurança de natureza militar com importante actuação no meio rural.

²² CS, angariadora e emigrante clandestina em 1968. Na referência aos informantes orais mantemos sempre o anonimato. Outras entrevistas não citadas mas que inspiraram as ideias aqui apresentadas foram realizadas no âmbito do projecto *Além do fracasso e do maquiavelismo. A emigração irregular portuguesa para França, 1957-1974* (PTDC/HIS-HIS/103810/2008).

Com o dinheiro que conseguisse economizar enquanto intermediária e, depois, como emigrante, o objectivo era colocar-se numa situação justa em relação àqueles que a difamavam e que se opunham à emigração, entre os quais o boato e a maledicência eram frequentemente usados como forma de desincentivar a emigração. Importa, então, referir que na aldeia onde a intermediária residia existiam apenas três casas de dimensão considerável com terreno agrícola contíguo: as dos familiares do Inspector escolar – uma família da elite agrícola, económica e cultural da povoação. As características arquitectónicas, tal como aconteceu em muitas outras aldeias do interior português²³, só viriam a alterar-se com as construções efectuadas pelos emigrantes, contribuindo para esbater, pelo menos visualmente, as hierarquias sociais existentes, como ali se verificou. Nestes casos, o auxílio assumia-se no quadro de uma *ética de subsistência*²⁴ e na busca de justiça social, sendo tolerado e participado por parte importante da população rural na sua componente indirecta, isto é, através da emigração a população resolvia as suas privações e proporcionava a melhoria das condições de vida daqueles que ficavam na aldeia.

²³ Sobre as habitações dos migrantes portugueses e as polémicas inerentes ver, por exemplo, CARDOSO, Isabel Lopes. Histoire et imaginaire des maisons des immigrants portugais de France : une évolution des formes dans le temps. *Recherches en Anthropologie au Portugal*, n. 8, p. 59-82, 2002; SOBRAL, José Manuel. O genuíno, o espúrio e a identidade local: um estudo de caso das políticas de património em meio rural. *Etnográfica*, vol. VIII (2), p. 243-271, 2004.

²⁴ SCOTT, James. *The Moral Economy of the Peasant. Rebellion and Subsistence in Southeast Asia*. New Haven/London: Yale University Press, 1976.

A condição feminina como estratégia

A partir das ideias acima expostas, e tendo em consideração que muitos outros casos são referidos em documentação escrita e oral, é possível concluir que o envolvimento de mulheres na intermediação da emigração, pouco conhecido e estando inserido num fenómeno predominantemente masculino, não se resumia apenas a casos excepcionais. Estas mulheres têm permanecido na sombra, exactamente porque o foco do observador não tem sido colocado sobre elas.²⁵ Porém, exercer esta actividade ilegal não tinha o mesmo significado nem as mesmas implicações para homens e mulheres.

As entrevistas recolhidas permitem perceber como as mulheres usaram conscientemente as implicações inerentes à condição feminina como estratégia para a prática daquela actividade.

Em primeiro lugar, as intermediárias consideram que as migrantes e seus familiares sentiam maior segurança em partir para território desconhecido guiadas por outras mulheres. De facto, viajar *mais à vontade*²⁶ foi um dos motivos que fez com que algumas auxiliares tivessem lidado quase exclusivamente com migrantes do sexo feminino e crianças. Diminuía o risco de virem a ser alvo de violência sexual masculina, mas também de ver o seu comportamento questionado e objecto de especulações, que era comum aquando de

²⁵ REEDER, Linda. *Widows in White: Migration and the Transformation of Rural Italian Women*. Toronto/Buffalo/London: University of Toronto Press, 2003, p. 234.

²⁶ MC, engajadora, passadora e emigrante clandestina em 1970: depoimento [Fev. 2012]. Entrevistadora: Marta Silva. Aguiar da Beira: 2012. Formato MP3.

uma proximidade física com homens durante os dias e as noites que a viagem durasse. O factor confiança, que era uma condição importante para o migrante no momento de decidir partir clandestinamente e de escolher o primeiro intermediário na viagem, reforçava-se no caso da migrante se aquele fosse mulher. Não pretendemos com isto afirmar que as mulheres só, ou maioritariamente, migraram através de intermediárias. Todavia, as angariadoras e passadoras apresentavam essa vantagem, tal como para elas era importante trabalhar com homens de confiança onde o respeito mútuo fosse acautelado.

Por outro lado, a *invisibilidade* que se pretendeu conferir à mulher acabou por ser favorável ao desempenho do auxílio à emigração, uma actividade que também se pretendia invisível. Para Salazar, a mulher era o sustentáculo da família tradicional, o seu pilar moral. Por isso, preferencialmente, as suas funções eram remetidas ao espaço privado. A mulher devia ser mãe e esposa.²⁷ Num meio social pequeno, como as aldeias do interior de Portugal a norte do Tejo, onde o controlo social era reforçado e onde a Igreja Católica desempenhou quase sempre um papel importante como vigilante moral a favor do Estado, a condição de subalternidade da mulher, maioritariamente iletrada²⁸, era ainda mais vincada.

²⁷ PIMENTEL, Irene. *A cada um o seu lugar*. A política feminina do Estado Novo. Lisboa: Temas e Debates, 2011, p. 32-55.

²⁸ COVA, Anne; PINTO, António Costa. O salazarismo e as mulheres. Uma abordagem comparativa. *Penélope*, Lisboa, n. 17, p. 76, 1997.

Ora, neste contexto repressivo e conservador, seria menos expectável que a mulher se envolvesse num negócio ilegal. O desprezo pela imagem da mulher que busca liberdade e que procura conquistar a sua autonomia civil e financeira perdurou durante o século XX, e conduzia a uma exclusão simbólica da autonomia da mulher na execução de crimes políticos ou económicos.²⁹ Tal marginalização não é apanágio exclusivo do regime de Salazar, como o confirmam vários estudos sobre a mulher, o crime e a justiça sobretudo no século XIX e inícios do século seguinte.³⁰ A ela está associada a construção da imagem do feminino como um ser fraco e frágil, desprovido de discernimento e de capacidade de decisão. Assim eram fundamentados nos tribunais muitos dos crimes cometidos por mulheres que de alguma forma ultrapassavam a fronteira de género e punham em causa a dominação masculina.

Neste sentido, indo ao encontro das representações sociais que eram atribuídas à mulher (a imagem de boa mãe e de boa dona de casa), a presença de engajadoras e passadoras na imprensa parece-nos praticamente nula, apesar do seu envolvimento claro nas redes de auxílio à emigração. Embora não tenhamos procedido a

²⁹ Embora este debate necessite de outro espaço de reflexão, podemos situar a emigração clandestina entre crime de natureza económica e política. Do ponto de vista dos principais lesados com a emigração clandestina – o Estado e algumas elites – os danos assumiam a forma de despesas com a fiscalização e a repressão, de perda de capital humano, mas também de censura de política no país (pela oposição clandestina) e a nível internacional.

³⁰ Sobre estas teses ver, por exemplo, CHAUAUD, Frédéric; MALANDIN, Gilles (Dir.). *Impossibles victimes, impossibles coupables. Les femmes devant la justice (XIX-XX siècles)*. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, 2009.

um levantamento exaustivo da imprensa local, não são praticamente citados nomes de mulheres nas notícias de jornais nacionais recolhidas, por exemplo, pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros que enalteciam a acção das autoridades policiais no desmantelamento de redes. Se, por um lado, tal facto se possa dever ao menor número de mulheres envolvidas, julga-se que seria de pouco interesse para uma imprensa controlada pelo Estado fazer a propaganda a mulheres que afrontavam a lei e desestabilizavam o lugar tradicional da mulher no espaço doméstico, pondo em causa um dos alicerces ideológicos do regime que era a família. Ao apoiar a emigração clandestina, a mulher desafiava a lei da emigração mas também a lei dos bons costumes, promovendo a fragmentação familiar.

Na prática, mulheres e homens souberam usar a seu favor e a favor da actividade as representações que existiam sobre o lugar que elas ocupavam na sociedade. Por exemplo, sempre que possível viajavam em conjunto, entre irmãos ou entre marido e mulher. Caso fosse necessário provar perante as autoridades o motivo da viagem, tinham já preparada uma justificação de natureza familiar. O aspecto exterior também era importante. Quanto mais franzino se apresentasse – acentuando a fragilidade associada ao feminino – melhor servia de disfarce. Misturando-se com os emigrantes, no caso de uma abordagem pela polícia, a identificação do passador era ainda mais dificultada por fugir aos estereótipos espectáveis. Uma passadora (de baixa estatura) descreve deste modo uma abordagem na fronteira pela Guardia Civil espanhola:

Não era fácil eles saberem quem era a pessoa que ia a passar. Naquela altura em que a criança ia a chorar, o carabineiro³¹ virava-se para o rapazinho e dizia: “és tu o passador”! E ele, coitadinho, não era. Mas como era o mais novo, um rapaz espigadote, e o resto era tudo garotada, a senhora com os filhos e eu, o suposto era ele.³²

Partindo-se do princípio que as mulheres, nomeadamente as que estavam longe da fronteira, só em casos excepcionais se dedicariam ao engajamento, passagem e transporte de emigrantes em situação irregular, difundia-se a ideia – perceptível através das fontes analisadas e durante o trabalho no terreno – de que eram dotadas de capacidades especiais que a maioria das mulheres não possuía, imagem que as próprias interiorizaram e reproduzem.

Tais características constituíam reconhecidos atributos da natureza masculina, como a esperteza, a coragem, a capacidade de decisão e de gestão das situações, o espírito de aventura, a determinação, o desafio de afrontar a lei e os seus representantes, além da já referida aptidão para procurar uma independência financeira. Estariam dotadas de um *ânimo varonil* que as fazia agir.³³ Ou talvez de outras capacidades ligadas ao feminino mas oriundas do mundo animal e selvagem. Veja-se o caso de uma passadora alcunhada de *Loba* e *Raposa*, ambas predadoras e animais pouco estimados junto das populações rurais, vistos como destemidos e provocadores de medo (constituíam uma ameaça aos rebanhos), vorazes e astutos.

³¹ Militar da Guardia Civil, polícia fronteiriça espanhola.

³² MC, engajadora, passadora e emigrante clandestina em 1970.

³³ VAQUINHAS, op. cit., 2011, p. 169.

Representações da mulher migrante

Se a invisibilidade é o que melhor define a percepção que se perpetuou até hoje acerca das intermediárias, no que diz respeito às mulheres que emigravam clandestinamente elas contribuíram para a criação de uma série de imagens negativas junto da população rural. Tais representações eram sobretudo promovidas e instrumentalizadas por aqueles que se opunham à emigração e foram construídas nomeadamente em relação aos intermediários masculinos.

Nas entrevistas realizadas com indivíduos do sexo masculino, os engajadores e passadores geralmente abstém-se de fazer apreciações sobre as intermediárias. Guardam os maiores elogios e críticas negativas para outros homens auxiliares da emigração.

Eventualmente, o facto de terem como interlocutor uma mulher os iniba ou condicione na informação que prestam sobre esta matéria. Logo, os dados que a seguir se apresentam resultam de um *trabalho de relação*³⁴ entre uma mulher, investigadora, com menos de 30 anos e homens que procuram relatar da melhor forma a sua participação no auxílio a emigrantes, adoptando, por vezes, uma postura habitual de sedução do ouvinte e, por outras, uma atitude paternalista-moralista-sexista. Esta situação é característica sobretudo dos transportadores, os intermediários que efectuaram o transporte de emigrantes em situação legal ou irregular em veículos

³⁴ Sobre a relação entre entrevistador e entrevistado na História Oral ver PORTELLI, Alessandro. *A morte de Luigi Trastulli e outros ensaios*. Ética, Memória e Acontecimento na História Oral. Lisboa: Edições Unipop, 2013, p. 79-100.

próprios e que, pelo facto de acompanharem o emigrante no trajecto completo, partilharam mais tempo com ele.

Estes transportadores recordam bem as emigrantes que transportaram e referem-se, mais ou menos explicitamente, a várias aventuras amorosas. A posição que adoptam é a de homens íntegros e respeitadores das suas clientes, com as quais só se envolviam sexualmente se estas o consentissem ou o provocassem. Apresentam a mulher como o elemento desestabilizador. É ela que se afasta do padrão moral e sexual do qual ela é na sociedade e, por isso, é responsabilizada:

Há mulheres que facilitam, outras até provocam! Não quer dizer que isso seja *habitué*. Uma mulher só vai com um homem se quiser! Agora, quando elas provocam... quando elas iam a dizer: “O meu marido trata-me mal. Eu não gosto do meu marido...”. O que é que ela está a pedir? Está a pedir companhia, não é?! [...] A gente também não é de pau!³⁵

Porém, um outro intermediário, que não efectuava transporte, assumiu que alguns passadores se gabavam das conquistas que faziam (e não faziam). Segundo ele, esses comentários nada abonavam em favor dos passadores pois era um dos pontos sobre os quais a PIDE mais insistia quando fazia interrogatórios.³⁶

De facto, no discurso daqueles que se opunham à emigração e em alguns relatos de membros das forças policiais encontramos a mulher migrante no papel de vítima de exploradores sem escrúpulos. Mas se os casos de abuso sexual durante as viagens existiram,

³⁵ AA, transportador.

³⁶ FF, intermediário: depoimento [Out. 2012]. Entrevistadora: Marta Silva. Trancoso: 2012. Formato MP3.

tal generalização procurava também, por um lado, e mais uma vez, retirar às mulheres qualquer poder de iniciativa ou decisão individual e, por outro, reforçar a imagem do passador como bode expiatório da emigração clandestina e como principal responsável pelos sofrimentos causados aos emigrantes. Ao mesmo tempo que se reproduzia através da imprensa a imagem que colocava a mulher migrante na posição de vítima e o passador na de agressor, propagandeava-se a tolerância e preocupação do regime para com os emigrantes, que se assumia como protector dos interesses nacionais.

Considerações finais

Em suma, verificámos que as mulheres estiveram presentes em várias modalidades de auxílio à emigração clandestina, tendo, por diferentes formas, contribuído para o movimento migratório com destino à Europa. Deste modo, constituíram um factor que contou para a transformação do meio e das relações sociais em que se moviam.

As mulheres, às quais a intermediação na emigração mais terá abalado a vivência quotidiana, foram as que estavam ligadas ao trabalho doméstico e do campo, com origens humildes, e que encontraram nesta prática uma forma de complementar a economia doméstica mas também uma maneira de alargar os seus horizontes, emanciparem-se e romperem com o lugar que social e moralmente lhes estava reservado. As redes de auxílio à emigração clandestina, assim como o contrabando, dão a conhecer mulheres que, nos campos pouco politizados da antiga província

da Beira Alta, encontraram formas de combater a sua situação de subalternidade económica e social. A intermediação à emigração clandestina constituiu para elas uma arma contra a fome e a falta de recursos, mas também um escape face ao ambiente que o regime de Salazar teimava em querer manter conservador e claustrofóbico enquanto noutros países europeus se experimentavam já grandes mudanças sociais que a própria emigração contribuiu para trazer às aldeias portuguesas.

A emancipação feminina, que de certa forma representavam as engajadoras/angariadoras, passadoras e algumas mulheres emigrantes, que não faziam parte da elite económica ou cultural, contribuiu assim para, na década de 1960, mostrar o anacronismo dos pilares ideológicos que sustentavam a ditadura e desafiar os interesses dos opositores à emigração, neste caso numa actividade agrícola que vivia de um excedente de mão-de-obra barata que então abandonava massivamente o país. Motivos também pelos quais a presença de mulheres nesta actividade clandestina tenha permanecido algo ofuscada.

Verificámos também que a pretensa invisibilidade feminina, característica daquela condição, embora tivesse contribuído para a construção de representações negativas – algumas permanecendo ainda – de intermediários, mulheres emigrantes e intermediárias, serviu como instrumento auxiliar para a prática daquela actividade, o que complexifica e deixa em aberto uma definição estrita das relações de poder entre géneros.

Uma análise dos processos judiciais de crimes relacionados com emigração clandestina, envolvendo homens e mulheres de diferentes estratos

sociais, poderá, de futuro, dar-nos mais pistas acerca desta problemática e, a partir dela, interrogar também as relações entre diferentes actores e poderes políticos e sociais, relacionando as esferas local e central.

Referências

Bibliografia

BAGANHA, Maria Ioannis. From Close to Open Doors: Portuguese Emigration under the Corporative Regime. *e-journal of Portuguese History*, v.1, n. 1, p. 1-16, 2003.

BAPTISTA, Fernando Oliveira. *Agriculturas e Territórios*. Oeiras: Celta, 2001.

BRETTELL, Caroline. *Já chorei muitas lágrimas: crónica de uma mulher portuguesa emigrada em França*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 1978.

_____. *Homens que partem, Mulheres que esperam – consequências da Emigração numa Freguesia Minhota*. Lisboa: Dom Quixote, 1991.

CARDOSO, Isabel Lopes. Histoire et imaginaire des maisons des immigrés portugais de France : une évolution des formes dans le temps. *Recherches en Anthropologie au Portugal*, n. 8, p. 59-82, 2002.

CHAVAUD, Frédéric; MALANDIN, Gilles (Dir.). *Impossibles victimes, impossibles coupables*. Les femmes devant la justice (XIX-XX siècles). Rennes: Presses Universitaires de Rennes, 2009.

COVA, Anne; PINTO, António Costa. O salazarismo e as mulheres. Uma abordagem comparativa. *Penélope*, Lisboa, n. 17, p. 71-94, 1997.

FONSECA, Inês; FREIRE, Dulce. “O contrabandista, já se sabe, era da oposição.” Discursos em torno do contrabando. In: FREIRE, Dulce; ROVISCO, Eduarda; FONSECA, Inês (Coord.). *Contrabando na fronteira luso-espanhola*. Práticas, memórias e patrimónios. Lisboa: Edições Nelson de Matos, 2009.

FREIRE, Dulce; ROVISCO, Eduarda; FONSECA, Inês (Coord.). *Contrabando na fronteira luso-espanhola*. Práticas, memórias e patrimónios. Lisboa: Edições Nelson de Matos, 2009.

MARTINI, Manuela; RYGIEL, Philippe. Des formes de médiation sexuellement orientées? Lieux, institutions et acteurs du placement des travailleuses migrantes à l'époque contemporaine. *Migrations Société*, Paris, v. 22, n. 127, p. 47-57, 2010.

MOCH, Leslie Page. Gender and Migration Research. In : BOMMES, Michael; MORAWSKA, Ewa (Eds.). *International Migration Research: Constructions, Omissions and the Promises of Interdisciplinarity*. Hants/Burlington: Ashgate, 2005.

PEIXOTO, João. A emigração. In : BETHENCOURT, Francisco; CHAUDHURI, Kirti (Dir.). *História da Expansão Portuguesa, volume V – Último Império e recentramento (1930-1998)*. Lisboa: Temas e Debates, 2000.

PEREIRA, Victor. *A Ditadura de Salazar e a Emigração*. O Estado português e os seus emigrantes em França (1957-1974). Lisboa: Temas e Debates, 2014.

- _____. *L'État portugais et les Portugais en France de 1957 à 1974*. 2007. 907 f. Tese (Doutoramento em História) – Institut d'Études Politiques de Paris, Paris, 2007.
- PIMENTEL, Irene. *A cada um o seu lugar*. A política feminina do Estado Novo. Lisboa: Temas e Debates, 2011.
- PORTELLI, Alessandro. *A morte de Luigi Trastulli e outros ensaios*. Ética, Memória e Acontecimento na História Oral. Lisboa: Edições Unipop, 2013.
- REEDER, Linda. *Widows in White: Migration and the Transformation of Rural Italian Women*. Toronto/Buffalo/London: University of Toronto Press, 2003.
- RIBEIRO, Manuela. *Estratégias de reprodução socioeconómica das unidades familiares camponesas em regiões de montanha (Barroso, 1940-1990): um estudo de sociologia em que as mulheres também contam*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1997.
- ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz. Porquê a mulher?: Reflexões sobre género em contexto migratório. In: BORGE, Julio Hernández; GONZÁLEZ, Domingo L. (Eds.). *Mujer y Emigración: una perspectiva plural: actas del Colóquio Internacional*. Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela, 2008.
- ROSAS, Fernando. A “Grei Agrária”. In: MATTOSO, José. (Dir.). *História de Portugal*. Vol. VII – O Estado Novo (1926-1974). Lisboa: Editorial Estampa, 1994.
- ROULEAU-BERGER, Laurence. *Migrer au féminin*. Paris: PUF, 2010.

- SANTOS, Yvette. *A Junta Nacional de Emigração e a política de emigração no Estado Novo*. 2014. 347 f. Tese (Doutoramento em História Contemporânea), Faculdade de Ciências Sociais e Humanas - Universidade Nova de Lisboa (FCSH-UNL), Lisboa, 2014.
- SCOTT, James. *The Moral Economy of the Peasant*. Rebellion and Subsistence in Southeast Asia. New Haven/London: Yale University Press, 1976.
- SILVA, Marta. *Os Trilhos da emigração*. Redes clandestinas de Penedono a França (1960-1974). Lisboa: Colibri, 2011.
- SOBRAL, José Manuel. O genuíno, o espúrio e a identidade local: um estudo de caso das políticas de património em meio rural. *Etnográfica*, vol. VIII (2), p. 243-271, 2004.
- VAQUINHAS, Irene. “*Senhoras e Mulheres*” na *Sociedade Portuguesa do Século XIX*. 2. ed. Lisboa: Colibri, 2011.
- VILLARES, Artur. *A emigração clandestina em Montalegre*. Braga: Câmara Municipal de Montalegre, 1985.
- WALL, Karin. *A outra face da Emigração*. Estudo sobre a situação das Mulheres que ficam no País de origem. Lisboa: Comissão da Condição Feminina, 1982.
- _____. Mulheres que partem e mulheres que ficam: uma primeira análise da função social e económica da mulher no processo migratório. *Ler História*, Lisboa, (3), p. 53-63, 1984.

Fontes

AA, transportador: depoimento [Fev.2012]. Entrevistadora: Marta Silva. Trancoso: 2012. Formato MP3.

CS, angariadora e emigrante clandestina em 1968: depoimentos [Mar. 2008] e [Set. 2014]. Entrevistadora: Marta Silva. Penedono: 2008 e 2014. Formato MP3.

Decreto n. 44 428, de 29 de Junho de 1962. *Diário do Governo*, Lisboa, n. 147, I Série, p. 890-893, 1962.

FF, intermediário: depoimento [Out. 2012]. Entrevistadora: Marta Silva. Trancoso: 2012. Formato MP3.

MC, engajadora, passadora e emigrante clandestina em 1970: depoimento [Fev.2012]. Entrevistadora: Marta Silva. Aguiar da Beira: 2012. Formato MP3.

PEREIRA, Ana Cristina (texto); MIRANDA, Adriano (fotografia). As mulheres que levaram Portugal “A Salto”. *Público 2*, Lisboa, p. 12-19, 13 abr. 2014.

Processo de Querela n. 104 de 1968. Arquivo Judicial do antigo Tribunal da Comarca de São João da Pesqueira (actual Secção de Proximidade).

Recebido em 14 de março de 2014; aprovado em 19 de junho de 2014.